

ESPECIAL | SPECIAL

Identidade macaense: que futuro? | Macanese identity: what future?

Carlos Piteira, Celina Veiga de Oliveira, Marisa Gaspar, Vítor Serra de Almeida, Mário Matos dos Santos, Manuel Rodrigues, Joaquim Pereira e Maria João Valente (Moderação)

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.109-126

Carlos Piteira

Investigador do Instituto do Oriente

ISCSP/Universidade de Lisboa

A propósito da Mesa Redonda/Debate realizado no dia 6 de Dezembro de 2019 nas instalações do Museu/Fundação do Oriente numa parceria entre a Fundação Oriente e o Instituto do Oriente do ISCSP/Universidade de Lisboa tivemos ocasião de ouvir e registar um conjunto de contributos de vários intervenientes que se propuseram a expressar, em tom de reflexão, a problemática da Identidade macaense no actual contexto da Região Administrativa e Especial de Macau (vulgo RAEM).

A relevância das décadas para assinalar as efemérides são sempre interessantes e também motivo para celebrações, comemorações e outras tantas formas de nos ir avivando a memória dos registos do passado. O ano de 2019 marca precisamente os 20 anos da transição do território de Macau para a constituição da RAEM (Região Administrativa e Especial de Macau), motivo de exaltação, por certo, para a República Popular da China (RPC), não retirando também a possibilidade para que portugueses e macaenses continuem a celebrar Macau como espaço de pertença.

A proposta para a realização de um debate em torno da Identidade macaense como traço singular da sociedade actual da RAEM, pareceu-nos interessante como tema a considerar nesta efeméride, ou não fosse a mesma uma das marcas distintivas da sua História, assim tentámos, na medida do possível através de um painel de convidados, equacionar as perspectivas do seu futuro.

A República Popular da China vai impondo mudanças e dinâmicas que se cristalizaram nestes 20 anos de existência da Região Administrativa Especial de Macau, a comunidade macaense, por sua vez, continua activa e presente e vai marcando a dimensão dos seus traços identitário pelas iniciativas e posicionamento que vai assumindo.

As formulações que foram expressas neste debate irão por certo contribuir para registar pontos de vista que são em alguma medida também os que a “comunidade” vai sentindo, permitindo-nos extrair dessa singela reflexão uma estruturação das expectativas que foram identificadas, cabe agora em nosso entender, torná-las públicas para serem apropriadas por quem dela quiser dar continuidade.

Partindo de uma citação extraída no documentário síntese que foi projectado antecipadamente, da autoria da Produtora LivreMeio que também colaborou nesta iniciativa, colocámos a seguinte dúvida existencial:

“... o futuro dos macaenses é um jogo de dados, incerto por natureza mas dependendo sempre de quem os lança: neste caso dos macaenses...”

Ao longo da sessão tentámos captar três (3) dimensões possíveis para enquadrar o tema: Uma ligada à vertente académica onde se posiciona a História e a Antropologia, outra focada nas instituições representativa dos macaenses (Casa de Macau e Fundação Casa de Macau) e por fim realçando os traços identitários mais marcantes: A gastronomia e o patuá.

Procurámos formular questões de ordem genérica para cada segmento por forma a poderem extrapolar e divagar sobre o tema da identidade dos macaenses.

1 – A vertente académica:

No ano da transição (1999) chegou-se a equacionar a hipótese do desaparecimento da etnicidade/identidade macaense. Chegados a 2019 (20 anos depois) a “chama” dos macaenses continua ainda a propagar-se. Como enquadram do ponto de vista histórico e antropológico esta dinâmica de resistência e de «resiliência» tendo em conta o novo contexto de Macau como Região Administrativa e Especial (vulgo RAEM)?

2 – As Instituições

A existência de entidades (Casa de Macau, Fundação, associações, etc.) representativas da comunidade macaense aqui em Portugal e em Macau justificam-se em que medida e com que propósitos? Caso se venham a extinguir no tempo isso equivale a dizer que deixa de existir a comunidade?

3 – Os traços identitários:

Dos traços identitários relevantes para a comunidade, sobressai a Gastronomia e o Patuá. Como perpetuar essas dimensões no novo contexto que se vai desenhando na RAEM e nas diásporas? Existem condições objectivas para a sua difusão e manutenção?

Partindo dessa constelação várias foram as opiniões e sugestões expressas pelos convidados que culminaram com as sínteses que agora apresentamos um pouco em tom de sinopse. Dada a importância do tema para quem acompanha e vive a dinâmica da identidade macaense na contemporaneidade achámos que faria todo o sentido divulgar para o público em geral os conteúdos expressos nesse debate, razão pela qual optámos pela apresentação deste artigo condensado nos tópicos aflorados pelos intervenientes e que denominámos de: Identidade macaense: que futuro?

Nas páginas que se seguem iremos divulgar o registo das sínteses das opiniões formuladas por cada interveniente no intuito de formular uma divulgação mais ampliada e de certo modo estruturada das expectativas que foram sendo colocadas ao longo do debate, não se tratando obviamente de uma descrição pormenorizada e global dos conteúdos expressos, mas apenas e só, de um conjunto de ideias formuladas por cada interveniente, sendo os textos da autoria de cada um dos intervenientes.

A componente académica trouxe-nos uma visão alicerçada pelos estudos de cariz científico que têm suportado o tema, deixando-nos pistas e reflexões que cabem dentro dessa matriz e que vai da História às demais ciências sociais com enfoque na Antropologia que têm privilegiado o tema das identidades.

Os testemunhos institucionais afloraram a importância da congregação e agregação identitária em torno da capacidade representativa que a comunidade macaense tem privilegiado, realçando o papel que lhes cabe e ampliando essa visão para o papel das diásporas que se vão afirmando nos vários locais do mundo onde a presença dos macaenses se faz notar.

Por fim, o tema da preservação dos traços identitários trouxe para o debate as “jóias da coroa” que marcaram a génese e a história dos macaenses como grupo distintivo dos demais, sendo ainda hoje elementos da sua afirmação, falamos da gastronomia e do patuá (o doce papiaçam). Este tema permitiu reavivar esse legado como construção da identidade singular, colocando a importância da sua manutenção enquanto traços distintivos e diferenciadores do “ser macaense”, mesmo moribunda ou com pouco alcance visível, continuam a ser a sua “alma” identitária, evocando a necessidade de os preservar, adaptar e renovar numa lógica de os relançar no futuro que começa hoje.

Lista dos participantes no debate e temas abordados:

Celina Veiga de Oliveira

Historiadora e investigadora sobre assuntos de Macau

«**Conhecer o passado e projectar o futuro**»

Marisa Gaspar

Antropóloga e investigadora sobre assuntos de Macau

«**A identidade como recurso criativo dos macaenses**»

Victor Serra de Almeida

Representante da Casa de Macau em Portugal

«**Breves notas sobre as Casas de Macau**»

Mário dos Santos

Representante da Fundação Casa de Macau

«**A importância associativa no futuro dos macaenses**»

Manuel Rodrigues

Macaense e estudioso da gastronomia macaense

«**Gastronomia: traço marcante da Identidade macaense**»

Joaquim Ng (Unge) Pereira

Macaense e estudiosos do crioulo macaense (patuá)

«O Patuá como traço da identidade macaense»

Carlos Piteira (Organização): Investigador do Instituto do Oriente

Maria João Valente (Moderação): LivreMeio

Celina Veiga de Oliveira

Historiadora

Este é um tema bem complexo, com vários ângulos de análise e que tem sofrido alterações impostas pela própria História. Aconselho a leitura do livro *Filhos da Terra – Identidades nos Confins da Expansão Portuguesa*, de António Manuel Hespanha, a todos os que queiram aprofundar os meandros da secular presença portuguesa em Macau.

Comecemos com um relance da História. Macau aparece como um estabelecimento de privados na costa da China, tirando partido da sua situação marginal em relação aos dois impérios, o chinês e o português. Cidade ribeirinha, gerida por uma aristocracia comercial crioulezada, era um lugar político externo à administração do império português. A vida das grandes famílias macaenses, os “filhos da terra”, com nomes portugueses que dissimulam essa crioulezização e uma complexa teia de ligações fora do território, gozava de um elevado grau de autonomia, consubstanciada na existência do Senado (ver *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente*, de Almerindo Lessa).

No século XIX, a fundação da colónia britânica de Hong Kong originou a deslocação de muitos portugueses de Macau, que ali procuraram oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Em presença de um competidor identitário forte, como era o inglês, sentiram necessidade de se olhar ao espelho. Quem somos nós? O que contamos para esta comunidade provinda da maior potência colonial, senhora dos mares, que subordinou o grande Império Chinês? E talvez por isso, certos elementos da estrutura social, económica e intelectual da comunidade portuguesa da colónia pretenderam afirmar a sua cultura, a sua posição de portugueses no Extremo Oriente, numa palavra, a sua portugalidade. O pretexto foi a comemoração, no elitista Club Lusitano, do tricentenário da

morte de Luís de Camões, a 10 de Junho de 1880. A evocação do épico português, símbolo da pátria longínqua e expoente máximo da cultura, era a confirmação da valia intelectual da comunidade portuguesa. A presença do governador inglês, Sir John Pope Hennessy, de altas individualidades coloniais, de estrangeiros radicados e de uma corveta brasileira, que tinha aportado em Hong Kong para seguir em missão diplomática para Pequim, marcou o evento, que teve repercussão assinalável.

Um rico português de Macau, o comendador Lourenço Marques, ofereceu ao Club Lusitano um busto do poeta. Coube a seu filho Lourenço Pereira Marques, médico, personalidade prestigiada em Hong Kong e sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, presidir à cerimónia da entrega, fazendo votos para que o busto de Camões contribuísse para fomentar a união entre os portugueses do Oriente.

A implantação da República Popular da China em 1949 avivou a questão identitária. Macau sentiu necessidade de reafirmar a sua identidade numa dupla direcção: China e Portugal.

Em 1950, a jornalista e escritora Deolinda da Conceição publicou no jornal Notícias de Macau um artigo intitulado “Macau e os macaenses”.

A autora tece sobre Macau e sua história estas considerações: pedacito de Portugal perdido na imensidão da China; terra querida onde o Oriente e o Ocidente se deram as mãos; uma das mais progressivas cidades de todo o império português, revelando aos forasteiros a civilização que assimilou durante os seus quatro séculos de existência; grande testemunho da política da gente portuguesa que, em intercâmbio social, cultural e comercial, mereceu aos chineses confiança, amizade e admiração; pátria querida dos filhos de Portugal que aqui nasceram.

Deolinda da Conceição afirma que os macaenses são, sem dúvida, portugueses de lei, que continuam a tradição dos primeiros dos nossos maiores que aqui vieram trazer o facho da civilização ocidental. Mas há ainda, neste século de luzes, quem ignore a personalidade do macaense e o coloque na categoria dos indígenas das nossas outras províncias ultramarinas. Urge esclarecer este equívoco. O macaense só diverge dos seus irmãos da metrópole em algumas características que resultam da distância da mãe-pátria; tem, é certo, nas suas veias, sangue de outras gentes, sangue que o valorizou,

reunindo em si as qualidades do bom português da metrópole com as características dos habitantes desta Ásia vastíssima. Por isso, conclui que os macaenses são filhos, que desejam, para sempre e unicamente, ser considerados filhos, mas filhos legítimos de Portugal.

O texto de Deolinda da Conceição revela orgulho no uso da palavra macaense, ausente nas comemorações do trintenário da morte de Camões, e uma defesa vigorosa da filiação do macaense na comunidade portuguesa, em plena paridade com os nascidos em Portugal.

Para o último quartel do século xx, quero referir uma personalidade que contribuiu, com a sua inteligência, formação profissional, conhecimento e amor à terra que o viu nascer, para a inserção de Macau num novo contexto político: Carlos Augusto Corrêa Paes D'Assumpção. Assinala-se este ano o 90.o aniversário do nascimento desta figura ímpar de Macau, que, felizmente, a toponímia de Macau consagrou.

Em conclusão:

Afinal, o que é ser macaense? O que caracteriza a identidade macaense? Este conceito, dinâmico, tem, em minha opinião, de ser alargado.

São macaenses os nascidos em Macau, portugueses, chineses, e de outras origens; os que vivem e trabalham em Macau e que consideram aquele espaço como sua terra; os que para lá foram durante a administração portuguesa e os que ainda lá permanecem; os que todos os dias dedicam o melhor de si mesmos para a continuação de um território onde são realidades diárias a paz, a educação, a capacidade empreendedora, o dinamismo económico, a cultura, o gosto pela história e a criação artística (os irmãos Carlos e Victor Marreiros foram há poucos dias consagrados como valores identitários); os macaenses da diáspora, espalhados pelos cinco continentes; as minhas filhas que foram para lá com 4 e 2 anos, e que afirmam aos seus amigos estrangeiros que Macau é my mother town; todas as crianças que, como elas, lá cresceram e viveram anos felizes; e, por fim, aquelas pessoas que, como eu, nunca mais foram de um só lugar, que se sentem unidas àquela terra por laços de afecto que não se esvaem, que perduram, que nos acompanham todos os dias, e que me fazem, por isso, estar hoje aqui.

Marisa C. Gaspar

Antropóloga

SOCIUS/CSG – ISEG, Universidade de Lisboa

A identidade macaense: que futuro? foi o exercício de reflexão, proposto fazer-se em formato de mesa redonda, inserido no programa de atividades da Fundação Oriente para assinalar os 20 anos da transferência de soberania do território de Macau e estabelecimento da Região Administrativa Especial da República Popular da China, a RAEM.

A minha participação no evento coincidiu, temporalmente, com a re-visitação do meu maior trabalho sobre a comunidade euroasiática macaense – os filhos da terra – e as suas redes de atores e interações sociais em torno da “trama” da construção de identidades, inseridas em processos políticos e económicos complexos, simultaneamente locais e globais, no espaço sociocultural de Macau. A questão, em muito similar às interrogações e problemáticas levantadas pela minha investigação, voltou a ser-me colocada, agora, no espectro temporal de 20 anos de história da RAEM.

Num contexto em acelerada transformação física e social provocada pelo crescimento vertiginoso da economia do jogo que ano após ano se supera e atrai, também em crescendo, novas populações de trabalhadores emigrantes e milhões de turistas na sua maioria proveniente da China continental que tentam a sorte nos casinos, acotovelam-se na área histórica demarcada como património da humanidade e saciam o apetite e a curiosidade com a variada oferta culinária que a cidade UNESCO da gastronomia tem para lhes oferecer; como estão os macaenses e como encaram o seu futuro neste novo Macau?

É na atual conjuntura da abertura de Macau à China e ao mundo que entre os macaenses se instala um sentimento de relativa crise de identidade, para uns, pela necessidade de preparação das novas gerações para viverem numa sociedade mais competitiva e exigente, para outros, pelo inevitável desaparecimento da tradicional forma de ser e de estar da comunidade macaense.

O facto de não ser consensual o modo como cada macaense se sente enquanto membro daquela “comunidade imaginada”, especialmente em

situações de mudança social, explica por que razão a sua identidade é escolhida com uma certa liberdade pessoal e vai sofrendo alterações ao longo do tempo. São os próprios macaenses que criam a sua identidade (pessoal e coletiva) – e a sua necessária ambivalência identitária – segundo aqueles que são os interesses privados e as interpretações públicas que lhe estão subjacentes num determinado período histórico.

Os macaenses defendem agora uma estratégia de sobrevivência sobretudo cultural enquanto seres globais, multiétnicos e multiculturais; encontrando-se a sua vantagem competitiva na manutenção da diferença identitária macaense, hoje associada ao reconhecimento e salvaguarda de um património cultural imaterial único no mundo.

A culinária e a língua crioulas resultantes de uma miscigenação a partir de raízes indo-portuguesas, desenvolvidas num espaço cosmopolita e de coabitação que sempre definiu Macau, são as manifestações do património secular dos macaenses e ganharam, entre eles, o estatuto de eixos estruturantes da sua identidade. É a mistura típica do macaense que aparece valorizada como uma marca própria e distintiva da comunidade, independentemente da composição étnica ou das origens familiares das pessoas que a integram.

É como símbolo de uma visão particular da história de Macau – a de um lugar de encontro do Oriente com o Ocidente (ou da China com Portugal), acrescentando-lhe o compromisso político assumido com o princípio “um país, dois sistemas” no qual assenta a constituição da RAEM – onde a própria história da origem e da evolução da comunidade macaense se confunde com ela, que os macaenses se estão novamente a reposicionar no projeto identitário em construção para Macau.

A defesa de uma identidade e um de património cultural exclusivamente macaenses, revela a busca dos macaenses por uma nova lógica de regalias através de práticas legitimadoras da comunidade na contribuição histórica, ideológica e simbólica que Macau representa para a China. A metáfora do bambu enquanto planta que se caracteriza pela sua enorme resistência, durabilidade e versatilidade, continua a estar indissociavelmente ligada à permanente resiliência e reinvenção dos macaenses.

Serão os macaenses do futuro iguais aos do presente? São os do presente como foram os do passado? A resposta é unânime: não! Se há um aspeto que a etnografia da comunidade macaense põe em evidência é o da sua constante adaptação ao meio envolvente.

Com os seus antepassados, os macaenses aprenderam a ser criativos e úteis para a sociedade de Macau. No presente, aposta-se na visibilidade e promoção turística de uma cultura crioula macaense. E no futuro, quais serão os recursos criativos e as aspirações das gerações vindouras no que diz respeito à reprodução social e cultural da comunidade macaense? É esperar para ver.

Vítor Serra de Almeida

Presidente da Mesa de Assembleia da Casa de Macau em Portugal

Desde muito cedo que se verificou que o pequeno burgo criado pelos portugueses na península de Macau e desenvolvido com o consentimento das autoridades chinesas, não tinha condições para, dum ponto de vista económico, proporcionar meios de sobrevivência aos seus habitantes, por variadíssimas razões a começar pela exiguidade do seu território.

Daí que, natural fosse que muitos dos elementos da comunidade luso-descendente aí residente, tivessem de recorrer a emigração, o que no caso em apreço passam a ser chamada de “diáspora macaense”.

Esse fenómeno acentuou-se mais no Sec. XIX, especialmente depois da ocupação britânica de Hong Kong, colónia que se tornou um importantíssimo porto comercial, com as paralelas actividades associadas que levaram a que esse território fosse um foco de atração de várias gentes entre as quais, obviamente, os macaenses que, além de estarem perto em relação aos outros, tinham a grande vantagem de dominarem a língua portuguesa mas também a inglesa e principalmente a chinesa o que a tornava muito apreciada pelos empreendedores da florescente colónia.

Assim, não foi estranho que, como resultado desse êxodo, cerca de 20 anos depois da criação da colónia, fosse inaugurado, em Dezembro de 1866, o Club Lusitano, associação que é, dessa forma, a primeira Casa de Macau.

A “diáspora” continuou e, ao longo desse século e, também, no seguinte deparamos com a existência de pequenas comunidades de macaenses em várias cidades chinesas (Xangai, Cantão) assim como na Malaia e Singapura é até no Japão e Filipinas, embora desses movimentos não tivesse, que se saiba, resultado quaisquer instituições que se intitulassem de “Casas”.

Foi já nos meados do Sec. XX, no pós II Grande Guerra que devido ao êxodo da totalidade da comunidade luso descendente de Xangai e de grande parte da residente em Hong Kong, acrescida de contingentes de macaenses idos de Macau a partir dos anos 50 que se constituíram comunidades de algum volume nos Estados Unidos (Califórnia), no Canadá (Toronto e Vancouver) e na Austrália.

Igualmente de registar, em determinada época muito restrita, uma emigração para o Brasil não esquecendo, claro, a já usual e duradoura deslocação para Portugal, esta última composta, sobretudo, por estudantes que iam completar os seus estudos universitários em Portugal e dos quais, grande parte ficava no País.

Todos esses luso-descendentes vivendo em terras estranhas, procuraram, naturalmente, o convívio com os seus e, daí, conseqüentemente, o surgimento de várias “Casas de Macau”, com esse ou outro nome, dos quais o número actual é de 3 nos Estados (Califórnia), 2 em Toronto, 2 em Vancouver, 1 na Austrália, 2 no Brasil (Rio de Janeiro e S. Paulo) e, muito recentemente, 1 na Grã-Bretanha e uma em Portugal (Lisboa) além da já mencionada em Hong Kong.

No que diz respeito à Casa de Portugal há notícias de diligências efectuadas para a criação duma Casa ainda antes do final dos anos 30 do século passado que não tiveram resultado e, embora vários esforços tenham sido feitos em anos posteriores, apenas em 1966 e muito devido ao esforço e dedicação de um macaense, muitas vezes injustamente esquecido, o Dr. Armando Oliveira Hagatong, foi possível obter a autorização das autoridades competentes para a sua criação, mantendo-se, desde aquela data, a sua localização, com o seu já famoso letreiro, a fazer parte da imagem da Praça do Príncipe Real em Lisboa.

Os objectivos das várias Casas são muito semelhantes e baseiam-se, em termos gerais, na “divulgação e preservação” da cultura macaense, na organização de convívios, onde a riquíssima gastronomia macaense impera e na organização de conferências e palestras assim como na realização de actividades relacionadas com Macau ou Oriente em Geral.

Com mais ou menos participação dos seus associados, as Casa vão tentando atingir os seus fins, mas à medida que as primeiras gerações, pela ordem natural das coisas, se vão afastando, surge o problema principal de todas elas: o “rejuvenescimento” das suas massas associativas.

Tendo em atenção, o estado geral de todas as sociedades onde as várias Casa estão localizadas, nas quais o espírito associativo está em regressão, torna-se muito difícil encarar com optimismo o futuro destas instituições pelo que, ou as Casas arranjam soluções imaginativas de captação dos mais jovens ou, lentamente, irão desaparecer ou transformarem-se em algo que, de “macaense” já pouco ou nada terão.

Esperamos, sinceramente, que estes vaticínios não se venham a concretizar

Mário Matos dos Santos

Presidente da Fundação Casa de Macau

No passado dia 6 de dezembro, foi organizada pela Fundação Oriente uma Mesa Redonda que levou a debate a Identidade Macaense e o seu futuro.

Os oradores convidados procuraram elucidar, esclarecer e debater abertamente, em primeiro lugar, o conceito de identidade macaense e, a posteriori, para onde esta se dirige, ou, por outras palavras, o seu destino.

Nesta honrosa iniciativa, fui incumbido da tarefa de comunicar e ilustrar sobre o papel das instituições e entidades afetas a Macau, erguidas por força da existência da sua vasta Diáspora e, mais importante ainda, para a defesa, manutenção e continuidade da sua identidade no tempo.

Sobre a primeira parte da minha comunicação, ficou enaltecido o papel que as entidades que trabalham com e para Macau representam, ainda hoje, no seio da sociedade civil, no contexto português em particular. Quer pelo

envolvimento que imprimem entre o público em geral e a cultura macaense, através de profissionais que emprestam o seu contributo, nas mais variadas áreas, ao ideário macaense, por via da História, da Ciência, da Educação, das Artes e tantos outros saberes, quer pelo dinamismo que conferem à identidade macaense mantendo-a viva e próxima da sociedade, as entidades afetas a Macau continuam a representar um papel fundamental e imperioso nos dias de hoje.

Com efeito, e considerando as rápidas e complexas alterações a que o mundo está exposto quase diariamente, também estas instituições, que se concentram, funcionam e movem em prol de domínios de lenta transformação, como a cultura, por exemplo, devem respeitar e acompanhar, na medida do possível, as mudanças a que estão expostas, bem como refletir, metodicamente sobre a sua ação e papel no mundo atual.

Esta reflexão, imperativa à luz do que descrevo, leva-nos a um segundo pensamento e debate que se ocupa de saber para onde se dirigem estas instituições ou, mais particularmente, a própria identidade macaense.

Que futuro será então este? Sobre que perspectivas e pilares assentará a manutenção e a evolução da identidade macaense?

A este respeito, permiti-me estabelecer quatro dimensões que, quanto a mim, configurarão o futuro desta identidade. São elas, a tradição, a gastronomia, a dimensão da Diáspora e a expressividade cultural. Serão estes os fatores que permitirão manter e perpetuar a identidade macaense. Os únicos veículos que poderão capacitar esta continuidade, para além dos meios e mecanismos atualmente existentes, são, a meu ver, os apoios históricos, o seu estudo e investigação em academias nas latitudes mais diversas, a permanência e o cultivo das tradições familiares e a tolerância funcional nas novas dinâmicas e palcos de comunicação.

Para isto, haverá que congregar a ação das diversas estruturas e instituições atualmente existentes de matriz macaense e outros veículos de emulação e produção de conhecimento, i. e. academias, centros de investigação, universidades, think tanks e outros. O sucesso deste desígnio está igualmente dependente da maleabilidade e capacidade de adaptação às diversas conjunturas, visando sempre manter o fio identificador da denominada

“macaensidade”, tal como o bambu, que se verga com a tempestade, mas que se reergue de seguida.

Manuel Rodrigues

Especialista nos estudos sobre Gastronomia macaense

Todos vimos o pequeno filme que acabou de passar as entrevistas de Macaenses de vários estratos sociais. É peremptório que os macaenses se revêm na gastronomia a sua razão de pertença.

As minhas investigações na área da História da Gastronomia Macaense indicam claramente que a identidade macaense está implícita na gastronomia, na língua e na religião católica e é nela que se encontra a chave da continuidade do ser “Macaense” e das comunidades Macaenses.

As receitas da cozinha macaense contêm nomes exóticos tais como: achar de fula papaeira macho, alua, apa-bico, bagi, baliçã, porco balichã tamarindo, bafassá, pan-pan di mamã ou mammum, bolo minino, bredo raba-raba, celicário, chácha, tacho, chicu di porco, chilicote, congee, diabo, dodol, hâng-gân-péng, lacassá, ladu, chili-miçó, minchi, óndi-óndi, peixe têmpra e saran-surabe entre muitos outros.

Pergunta-se então que língua é essa, como é que estas receitas chegaram a Macau e qual o seu papel na construção identitária dos macaenses?

Após a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque em 1511 e a implementação da política de miscigenação, o Malaio Bazar, a língua comercial utilizada no Oriente em contacto com o Português popular quinzentista evoluiu para o Ásio Português com vocábulos adoptados do Tâmil, Árabe, Japonês e Chinês. Com o passar dos tempos o Ásio Português transformou-se no Papiá ou Patoá, a língua de Macau.

Analisando a etimologia dos nomes das receitas e cruzando-as com factos históricos e locais geográficos dos acontecimentos permite-nos voltar ao passado e explorar a origem e a singularidade destas receitas para melhor compreender a razão dos Macaenses se sentirem Macaenses.

Por exemplo, há quem considera as fatias da China como a receita que está na origem do bolo macaense do século XVI conhecido como sará-surave.

Outros autores sugerem sarã-surabe como sendo um pão-de-ló feito com dezasseis ovos e cozido em banho-maria.

Uma análise mais aprofundada desta receita, permite-nos verificar que o termo sarã-surabe deriva de sarang serabai que significa ninho de andorinha do mar em Malaio bazar. O preço exorbitante dos ninhos de andorinhas do mar que podia chegar ao dobro do seu peso em prata, levou os Filhos da terra a utilizar gemas de ovo, que quando batidas longamente adquirem uma cor esbranquiçada e de consistência cremosa. Quando cozidas a vapor parecem ninhos de andorinha do mar.

É de salientar que o nome fatias-da-China por si só já evoca Macau nome dado à Cidade de Nome de Deus na China nos documentos portugueses da época e só aparece mencionada pela primeira vez na “Arte de cozinha” do João da Mata publicado em 1888 uns bons trezentos anos depois do aparecimento do sarã-surabe.

Outro exemplo é o arroz doce que tem a sua origem na sopa fria de arroz do Japão que as mães macaenses oriundas de Nagasáqui adaptam com junção da canela moída por volta de 1560-1580. Esta receita entra na cozinha portuguesa inicialmente em 1680 com o nome de Arroz do Japão e mais tarde como arroz doce, o doce mais típico da cozinha portuguesa.

Um terceiro exemplo é o prato denominado galinha à portuguesa que de português nada tem pois é um prato de frango confeccionado com coco e curcuma também conhecido como açafraão das Índia.

Esta receita conhecida pelo nome chinês de “galinha dos portugueses” em honra dos Filhos da terra nas vitórias alcançadas na guerra contra os Holandeses. É um prato muito popular entre os chineses de Macau e Hong Kong que quase se tornou numa receita dos cantonenses na diáspora.

Há muitos outros exemplos de outras culturas mais fortes apoderarem-se das receitas macaenses como sendo delas.

O receituário da cozinha macaense é de uma riqueza extraordinária e como estudioso, considero-o um “arquivo vivo da história dos macaenses” e um pilar fundamental da sua identidade singular.

Para terminar podemos concluir que os pratos da cozinha Macaense estão ancorados nos acontecimentos históricos, linguísticos e religiosos que teceram a malha social da integração étnica.

A culinária e a sua preparação são facetas importantes na construção identitária dos Macaenses.

Circunstâncias sociais, políticas e económicas determinam as percepções que os Macaenses têm da história. É através da culinária Macaense que podemos compreender o “ser macaense”.

O grande risco para esta identidade singular e das comunidades macaenses na diáspora poderá residir na falta de divulgação deste património levando-o ao esquecimento e conseqüentemente no apoderamento destas receitas por culturas mais fortes sejam elas portuguesas, chinesas ou outras.

A culinária, a língua e a religião são blocos construtivos da identidade e as tradições moldam essa identidade. Devemos salvaguardar e promovê-las para fortalecer o orgulho próprio e o nosso sentimento de pertença.

Joaquim Pereira

Especialista nos estudos sobre «Patuá macaísta»

“O Homem age como se fosse o modelador e o dono da língua, mas na verdade é a língua que continua a ser dona do homem”.

- Martin Heidegger (1889-1976)

O que é o patuá? Será apenas um dialecto? Algo que é falado numa comunidade? Circunscrito a um grupo, uma etnia ou uma casta?

O patuá é mais que isso. Sabe-se que o patuá é um dialecto macaense com origens no pidjin – um processo de comunicação misto entre crioulos euro-asiáticos cujas origens provêm de Malaca, Timor, Cabo Verde e Europa (Portugal e Holanda).

Na Revista de Macau de Março de 2007, foi escrito um artigo que revela algo mais sobre isto: “As semelhanças surpreendentes entre os pidjins a nível mundial e a língua crioula podem explicar-se assumindo uma origem monogenética. Alguns linguistas acreditam que muitos dos crioulos existentes no mundo são baseados numa “proto-língua” – um pidgin português do Sec. XV... variante do provençal do sul de França tornada pidgin” (o termo pidgin, crê-se que venha de uma alteração chinesa à palavra business).

O patuá de Macau tem assim a sua génese numa matriz portuguesa com influências do papiamento luso-afro-holandês. Nesse contexto, percebe-se que o patuá macaense derive do francês patois (ou seja, o falar rude). Mas o patuá é igualmente conhecido entre os linguistas como: o “macaísta chapado”; o “crioulo de Macau”; o “macaense”; o “papia cristam di Macau” ou o “dóci papiaçam”. Em patuá o léxico, “papia” significa conversar.

O patuá de Macau começou a desenvolver-se com o estabelecimento dos portugueses em Macau por volta de 1557. Em 1511, os portugueses já se tinham estabelecido em Malaca, e a miscigenação cultural daí resultante com o cruzamento entre portugueses e mulheres malaias, resultaram na comunicação de um crioulo malaio-português (papia kristang).

Nos finais dos Sec. XVI, trouxeram para Macau esse crioulo, que se desenvolveu para o patuá de Macau. Segundo Senna Fernandes, advogado e estudioso do patuá em Macau, o patuá tornou-se assim numa: “parte integrante da alma multicultural de Macau e do seu incomensurável património intangível sino-português” (a UNESCO define o termo como: “um património vivo que é a essência da nossa diversidade cultural, e a sua preservação como a garantia de uma criatividade contínua.” Senna Fernandes reconhece que “o patuá não tem salvação possível, que não mais se manifestará com a vitalidade, entretanto perdida”. Contudo, ele afirma de seguida: “se perguntar a um macaense se o patuá deve ser atirado para o lixo, ele diz-lhe logo que não”.

E Portugal? O que terão os portugueses a ver com o patuá macaense? O patuá é um dialecto de matriz portuguesa. Nasceu e cresceu do “ADN” da língua portuguesa. Como tal, tem uma afinidade simbólica nas definições e na identificação da cultura e da história portuguesa. É parte de um padrão de transmitido de geração em geração. A sua génese é cristã, tal como a portuguesa, a base lexical é portuguesa, e a sua cultura é, igualmente portuguesa. Sabemos que as características que identificam e definem uma nação, passam pelas tradições culturais, a língua e a religião comuns de um povo. O mirandês em Portugal adquiriu, com todo o mérito e propriedade, um estatuto português. Nesse aspecto podemos então afirmar que o patuá, tão longe de Portugal, mas a este país tão ligado possui as mesmas raízes,

a mesma religião e as mesmas origens. Os macaenses não o negam. Negá-lo-ão os portugueses?

Citando o Dr. Roberto Carneiro, no seu livro “O macaense”:

“Da China, Macau recebe o Mistério, a Espiritualidade, a Sensibilidade. De Portugal, ela é herdeira de Aventura, Maresia e Cristianismo universal. De ambos, Macau tem de comum o fado. Macau possui o encanto discreto das grandes instâncias de síntese. Ela consegue reunir, sem antagonismo, a espiritualidade chinesa e o humanismo português, o milagre da comunicação entre a expressão ideográfica chinesa e a poética ínsita na língua de Camões”.